



Plenário pode votar hoje seis propostas da pauta feminina

Davi Alcolumbre deve decidir hoje com líderes os textos a serem votados com prioridade. PEC sobre pessoa com deficiência e mudança no Código de Aeronáutica também devem ser analisadas esta semana

Estão na pauta do Plenário de hoje seis propostas da agenda feminina, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado na sexta-feira.

Da lista, fazem parte o projeto que garante o direito a amamentar em público e o que permite a substituição da prisão por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou com filho de até seis anos.

Outra proposta altera a Lei Maria da Penha para determinar que, no caso de risco para a vítima, o agressor seja imediata-

mente afastado do lar.

Também está prevista para hoje a votação, em primeiro turno, da proposta que padroniza no texto da Constituição as referências a pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual. Na quinta-feira, os senadores devem analisar o projeto que moderniza o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Hoje a bancada feminina define as indicadas para os cargos de procuradora especial da Mulher e de presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/2/2019

Projeto que pode ser votado em Plenário substitui pena de prisão por penas restritivas para condenadas grávidas e mães

Comissão apresenta relatório final sobre barragens

O relatório final sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens será lançado amanhã na Comissão de Desenvolvimento Regional.

O estudo faz um levantamento das mais de 24 mil barragens do país, classificando-as quanto aos riscos e aos potenciais danos. Segundo o relatório, a redução dos investimentos em manutenção e a falta de técnicos para fiscalização são alguns dos problemas. **3**



Isac Nóbrega/PR

Em Brumadinho (MG), rompimento de barragem provocou desastre em janeiro

Debatedores criticam reforma da Previdência



Presidente da comissão, Paim (2º à dir.) comanda o debate sobre Previdência

Debatedores que participaram de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos criticaram a reforma da Previdência e a medida provisória que muda a concessão de benefícios do INSS. Para eles, se aprovadas, as propostas terão impacto negativo na vida dos trabalhadores rurais. **2**

especial
cidadania

Veículos de comunicação levam o Senado a todo o país

Em 2018, os veículos de comunicação do Senado e os perfis da instituição nas mídias sociais alcançaram resultados importantes sobre a abrangência e a qualidade do trabalho.

O jornalismo do Senado abre o dia a dia da Casa para a sociedade, levando informação confiável aos cidadãos na plataforma que eles preferirem: TV, rádio, jornal ou internet. **4**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Missão do jornalismo do Senado é dar transparência às decisões da Casa

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em
www.senado.leg.br/simplificou

Debate: nova Previdência vai prejudicar trabalhador rural

Medida provisória que altera a concessão de benefícios do INSS também foi alvo de críticas em audiência pública promovida ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

TANTO A PROPOSTA de reforma da Previdência (PEC 6/2019) quanto a medida provisória que muda a concessão de benefícios do INSS (MP 871/2019), se aprovadas, vão impactar negativamente a vida do trabalhador rural. Essa foi a conclusão dos participantes da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) de ontem. A discussão focou a Previdência rural, atendendo requerimento do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Pela lei atual, os homens se aposentam com 60 anos e as mulheres, com 55. Com a reforma, todos passarão a se aposentar com 60 anos. Na avaliação do assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) Evandro José Morello, caso o texto seja aprovado como está, 70% das produtoras rurais atualmente ocupadas terão que trabalhar entre 41 e 46 anos para alcançar a idade de aposentadoria, enquanto a expectativa média de vida em muitos municípios não supera os 65 anos.

Considerados segurados especiais no sistema de aposentadoria rural, os trabalhadores rurais terão que contribuir anualmente com R\$ 600 por pelo menos 20 anos para se aposentar. Evandro ressalta, no entanto, que a atividade



Representante dos agricultores, Morello fala ao lado do senador Paim

agropecuária é de alto risco, sendo comum a perda da produção devido a fatores como condições climáticas e ataques de pragas.

— Isso precisa ser observado. Ao tempo em que se afirma haver uma Previdência rural deficitária, o sistema de arrecadação se mostra ineficiente, e isso é algo que esperamos seja corrigido no Congresso.

A coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) no Rio Grande do Sul, Cleonice Back, disse que as trabalhadoras rurais estão preocupadas com a reforma. Ela apontou que a maioria das propriedades rurais ainda é administrada por homens e, por esse motivo, a autonomia financeira de muitas mulheres só acontece com a aposentadoria.

— Além disso, o que vai ser

dos pequenos municípios do país? A economia se movimenta nessas cidades em dias de pagamento da Previdência Social, quando o trabalhador recebe seu benefício e se dirige ao supermercado, à farmácia, e nós não podemos nos esquecer disso.

O diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Boal, disse que a reforma da Previdência desconsidera a realidade social do país, especialmente no que se refere à vida do trabalhador do campo.

Para ele, o texto, se for aprovado como está, poderá aumentar as diferenciações que já existem entre os pobres, os muito pobres e os muito ricos.

— É preciso que se dê uma revitalização à Previdência para evitarmos o aprofundamento do fosso social atual.

Despesas com próteses poderão ser deduzidas do IR

As despesas com próteses, órteses e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), segundo projeto que está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a proposta (PL 1.254/2019) também prevê

a exigência da comprovação da despesa com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário. Em seguida, o projeto deve ser analisado em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Mara destaca que a Constituição determina que os impostos, sempre que possível, tenham caráter pessoal e sejam graduados de acordo com a

capacidade econômica do contribuinte. Ela acrescenta que a legislação estabelece critérios para que o IRPF aproxime-se, tanto quanto possível, em um universo composto de milhões de indivíduos, da realidade de cada contribuinte.

Para a senadora, o projeto representa para a pessoa com deficiência um avanço importante em direção à cidadania.

Para Telmário, ação dos EUA na Venezuela prejudicou Roraima

A fronteira com a Venezuela está fechada há 17 dias, por ordem de Nicolás Maduro, pela tentativa de impedir "uma pseudoajuda humanitária" dos Estados Unidos via Brasil, lamentou Telmário Mota (Pros-RR). Para ele, o Brasil foi usado como fantoche dos EUA, e a crise acabou prejudicando Roraima, que deixou de receber energia do país vizinho.

— Nós estamos sofrendo com as termelétricas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Veneziano critica pressão por aprovação rápida de reforma

O governo tem pressionado os parlamentares para uma aprovação rápida e imediata da reforma da Previdência, criticou Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Para o senador, em regimes democráticos, as decisões só devem ser tomadas após abrangente debate.

— Quando o vice-presidente Hamilton Mourão diz que é preciso degolar e impor a reforma, é como se dissesse que não reconhece que existem Casas legislativas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mudanças são essenciais para fim de crise, diz Kajuru

Somente as reformas da Previdência, fiscal e tributária, juntas, podem solucionar, a longo prazo, a crise financeira do Brasil, afirmou Jorge Kajuru (PSB-GO).

Para o senador, com a aprovação da reforma da Previdência haverá mais recursos para estados e municípios investirem em infraestrutura, e uma reforma fiscal e tributária irá desonerar empresários e cidadãos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim alerta sobre alto risco de capitalização da Previdência

Um regime de capitalização como o sugerido pelo governo na PEC da Previdência (PEC 6/2019) é um investimento de alto risco para as aposentadorias, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador afirmou que a poupança individual inviabilizará o sistema de arrecadação para assegurar o benefício de quem está para se aposentar e não será uma aplicação segura para os que a ela aderirem. Paim informou ainda que no dia 20 será lançada a Frente Parlamentar Mista da Previdência Pública.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE FGTS

10h Entre 10 itens, o PLS 337/2015, que autoriza o uso do FGTS para quitar financiamento de pais e filhos.

CE Funk

11h30 O PLC 81/2018, que reconhece o funk como forma de manifestação cultural, é um dos 10 itens.

CTFC Pedido de audiência pública

11h30 Análise de requerimento de debate sobre a situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Projetos da pauta feminina podem ser votados no Plenário.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Davi define hoje com líderes pauta do Plenário

Reunião deve decidir textos a serem votados em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. PEC sobre pessoas com deficiência e Código de Aeronáutica também estão na pauta

OS LÍDERES DE partidos se reúnem hoje com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para definir, entre outros assuntos, propostas da pauta feminina que deverão ser votadas pelo Plenário, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que foi celebrado na sexta-feira. São seis projetos, como o que garante o direito à amamentação em público (PLS 514/2015), da ex-senadora Vanessa Grazziotin, e o que permite a substituição da pena de prisão por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que tenham filho de até seis anos de idade (PLS 669/2015), de Telmário Mota (Pros-RR).

Na pauta do Plenário, também está prevista para hoje a votação em primeiro turno da proposta que padroniza na Constituição as referências a pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual.

A PEC 25/2017 substitui em dez artigos constitucionais expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”. A proposta é da ex-senadora Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte. A definição atual é parte da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da ONU.

Os senadores também podem votar, na quinta-feira, o projeto que moderniza o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). O PLS 258/2016 reúne as normas gerais de aviação no país e trata de assuntos que vão de infraestrutura a direitos do consumidor e responsabilidade civil. O código atual é de



Além da pauta feminina, senadores podem votar em primeiro turno proposta que muda referências a pessoas com deficiência na Constituição

1986, anterior à Constituição (1988), ao Código de Defesa do Consumidor (1990) e à criação da Agência Nacional de Aviação Civil (2005).

Relatado por José Maranhão (MDB-PB), o texto mantém a autorização para exploração somente a empresas criadas sob as leis brasileiras e com sede no país. Mas derruba o limite máximo atual de 20% de capital estrangeiro nessas companhias.

O assunto também é tratado pela MP 863/2018, editada em dezembro pelo então presidente Michel Temer, que autoriza até 100% de capital estrangeiro nas empresas.

Bancada feminina indicará nome da nova procuradora especial da Mulher do Senado

A bancada feminina do Senado se reúne hoje para indicar a nova procuradora especial da Mulher e a presidente da comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. As duas nomeações cabem a Davi Alcolumbre. Na reunião, também serão escolhidos os agraciados com o Diploma Bertha Lutz, que homenageia personalidades com contribuição relevante a questões do gênero no Brasil e à defesa dos direitos da mulher.

— Precisamos trabalhar em conjunto para ter mais produtividade em relação à luta das mulheres — afirmou a senadora Rose de Freitas (Pode-ES), que tem organizado as reuniões da bancada feminina.

A Procuradoria Especial da Mulher é responsável, entre outras funções, por receber, examinar, e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra o gênero.

Comissão apresenta amanhã relatório sobre a segurança das barragens do país

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove amanhã, às 9h, o lançamento do relatório final sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.

O estudo, elaborado entre 2017 e 2018, traz um levantamento das mais de 24 mil barragens do país, das quais 3.543 foram classificadas como de risco e 5.459, como de dano potencial. Entre elas, 723 barragens foram caracterizadas tanto de risco quanto de potencial de dano.

O relator do grupo de estudo, Elmano

Férrer (Pode-PI), já alertava sobre a possibilidade de novos rompimentos de barragens antes do rompimento ocorrido em Brumadinho (MG), em janeiro. Segundo o senador, a redução dos investimentos em manutenção e a falta de pessoal técnico para a fiscalização são alguns dos maiores problemas.

— A tragédia em Mariana, em novembro de 2015, impactou a vida de mais de 1 milhão de pessoas. A tragédia de Brumadinho segue na mesma linha. Quantas Marianas e Brumadinhos serão necessários para que o Estado brasi-

leiro cumpra o seu papel, as empresas assumam suas responsabilidades e os direitos das populações atingidas sejam atendidos? — questionou.

Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, a ex-senadora Fátima Bezerra, que em 2018 dirigiu a CDR, o Relatório de Segurança de Barragens elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) apontou que 45 barragens país afora foram consideradas vulneráveis. “E a própria ANA admite que esses dados podem estar subdimensionados, pois a falta de pessoal e de recursos

nos órgãos fiscalizadores impede que a totalidade das barragens tenha sido sequer cadastrada”, explica.

Após o lançamento, a CDR realiza audiência com o diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Marcos Henrique Derzi Wasilewski, e com o diretor de governo do Banco do Brasil, Ênio Mathias Ferreira. A reunião foi solicitada pelo presidente da CDR, Izalci Lucas (PSDB-DF), para que a Sudeco apresente as ações planejadas para os próximos dois anos.

Elmano defende pacote anticrime de Sergio Moro

Elmano Férrer (Pode-PI) defendeu os projetos de lei anticrime apresentados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Segundo ele, as propostas (PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019) devem contribuir para a redução da violência e da corrupção no país.

— Essa proposta é pontual, cirúrgica e extremamente necessária. Ela tem objetivos claros e bem delimitados. O Estado, apesar de toda a legislação disponível e de todos os avanços da parte legal, ainda não avançou de fato para o enfrentamento do crime.

Texto de Izalci prevê bolsa para instituição privada

Izalci Lucas (PSDB-DF) informou que apresentou ontem projeto que autoriza a concessão de bolsas de estudo para estudantes de instituições privadas de ensino superior de comprovada qualidade (PL 1.278/2019).

O senador disse que o texto foi inspirado no Programa Bolsa Universitária e exigirá que o aluno retribua à sociedade trabalhando como monitor nas redes públicas de ensino ou em órgãos de outras áreas condizentes com sua formação acadêmica. Para ele, a iniciativa vai aprimorar a execução do Plano Nacional de Educação.

Styvenson pede escâner de carga no Porto de Natal

A compra de um escâner de cargas para o Porto de Natal poderia inibir o embarque de drogas com destino ao exterior, afirmou ontem Styvenson Valentim (Pode-RN). O senador disse que recente apreensão da Polícia Federal em Natal de 10 toneladas de cocaína demonstra que o porto está sendo movimentado no sentido negativo.

— A causa é a falta de fiscalização, o que pode ser resolvido com um simples scanner de cargas como existem em outros portos. E a gente nunca teve essa máquina, que pode avaliar justamente que carga está sendo transportada.

Heinze sugere taxaço de arroz importado

Luis Carlos Heinze (PP-RS) pediu ontem a atenção da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para a cobrança de PIS e Cofins do arroz que vem do Uruguai, da Argentina e do Paraguai.

— Não pode ser um livre mercado. Sem falar que os custos dos insumos na Argentina, no Uruguai e no Paraguai são mais baixos que os custos brasileiros. Por quê? Porque as empresas exploram o agricultor. De onde vem o insumo? Syngenta do Brasil. Por que eles vendem para o produtor do Uruguai a esse preço? Então exploram o produtor que tem no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado ao alcance de todo o país

Por TV, rádio, internet, jornal e mídias sociais, está cada vez mais fácil acompanhar em todo o Brasil notícias sobre as decisões dos senadores e os debates que ocorrem na Casa

CRIADOS NA DÉCADA de 1990, os veículos de comunicação do Senado sempre tiveram como objetivo tornar transparentes os debates e as decisões da Casa. E nos últimos anos, o crescente interesse da sociedade em acompanhar a atuação dos políticos tem fortalecido a TV, a Rádio, a Agência e o Jornal do Senado, além das mídias sociais, como fontes de informação séria e confiável.

O jornalismo do Senado abre o dia a dia da instituição para a sociedade por meio de

três caminhos: transmissões ao vivo das sessões do Plenário e das comissões, reportagens diárias sobre tudo o que acontece na Casa e produção de conteúdos especiais que aprofundam o entendimento sobre opiniões e decisões dos 81 senadores.

Tudo isso com uma atuação integrada dos veículos para que as notícias fiquem disponíveis ao maior número de pessoas, do modo como elas preferirem: TV, rádio, jornal, computador, tablet ou smartfone.

— Estamos aprimorando a forma de transmitir a notícia, aproveitando melhor a infraestrutura tecnológica que temos e valorizando ainda mais nossos profissionais. Ao mesmo tempo, buscamos nos alinhar ao planejamento estratégico do Senado, baseado em princípios como economicidade e transparência — explica a diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom), Angela Brandão.

Em 2018, todos os veículos de comunicação do Senado

colheram resultados importantes sobre a qualidade e o alcance do trabalho. A Rádio Senado teve quase 20 mil conteúdos reproduzidos por emissoras do país por meio da Radioagência. Também recebeu 5 prêmios de jornalismo e foi finalista de um sexto com reportagens especiais.

A TV cravou 14 milhões de visualizações em seu canal no YouTube, que, criado em 2010, foi o primeiro do país a oferecer multiprogramação ao vivo na plataforma.

O portal Senado Notícias,

da Agência Senado, passou dos 24 milhões de visualizações e dos 13 milhões de usuários em 12 meses.

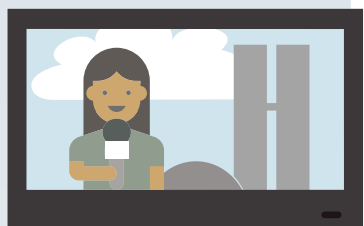
Nas redes sociais, o Senado se manteve entre as principais páginas de governo do Brasil, tendo quase triplicado o total de seguidores no Instagram.

Num tempo em que as *fake news* tentam borrar as linhas entre o falso e o verdadeiro, os meios de comunicação do Senado se mantêm firmes na missão de serem uma ponte segura entre a instituição e os cidadãos de todo o país.

TV Senado

www.senado.leg.br/tv

A TV Senado foi ao ar pela primeira vez em 1996. Tem como principal produto as transmissões ao vivo das sessões do Plenário e das reuniões das comissões. Também produz telejornais, documentários, programas culturais e jornalísticos. Na internet, transmite até 11 eventos simultâneos.



Alcance

- Transmissão para 20 capitais mais o DF com sinal aberto
- 66,5 milhões de pessoas cobertas pelo sinal aberto
- Captação por 20 milhões de antenas parabólicas no país
- 19 milhões de pessoas cobertas por meio de TV por assinatura (cabo ou via satélite).
- 63,5 milhões de visualizações no site desde 2006

YouTube

- Visualizações: 14 milhões em 2018, 65 milhões desde 2010
- Seguidores: Dezembro 2018 - 273 mil, Fevereiro 2019 - 322 mil

Transmissões ao vivo em 2018

- 195 sessões plenárias (Senado e Congresso)
- 719 reuniões de comissões

Agência Senado

A Agência Senado e o **Jornal do Senado** foram os primeiros braços da comunicação da Casa, criados em 1995. Têm como missão levar diariamente à sociedade a cobertura completa de todas as atividades legislativas da instituição.

Jornal do Senado

www12.senado.leg.br/jornal

Circula de segunda a sexta. Além da cobertura diária do Senado, traz duas seções especiais, também disponibilizadas no portal: o Especial Cidadania, veiculado toda terça, e o Arquivo S, parceria com o Arquivo do Senado, publicado uma vez por mês. Tem ainda uma versão mensal impressa em braile.

Alcance

- Tiragem diária: 4,2 mil exemplares
- Assinantes da newsletter: Dezembro 2018 - 12,7 mil
- Versão em braile: distribuída mensalmente a 154 entidades de assistência a cegos

Portal Senado Notícias

www.senado.leg.br/noticias

Reúne toda a cobertura jornalística produzida pela equipe de repórteres, fotógrafos e infografistas da Agência Senado. Também publica vídeos e áudios da TV e da Rádio Senado, além de reportagens multimídia, as chamadas infomatérias.

Alcance

- Visualizações: 2018 - 24,2 milhões, Desde junho de 2010 - 107,7 milhões
- Usuários: 2018 - 13,7 milhões, Desde junho de 2010: 47,5 milhões
- Assinantes da newsletter: Dezembro 2018 - 22,5 mil

Fotografia

Os fotógrafos da Agência Senado produzem em média 5 mil fotos por dia. Cerca de 1,5 mil são arquivadas no acervo fotográfico da Casa e 300 disponibilizadas em um banco de imagens aberto ao público para download em alta resolução. Criado em 2010, o banco disponibiliza mais de 200 mil fotos e registrou cerca de 52 milhões de visualizações desde então.

Banco de imagens no Flickr

www.flickr.com/photos/agenciasenado

- 205,6 mil fotos das atividades legislativas e institucionais do Senado
- 25 mil visualizações por dia em média

Acervo fotográfico

www.senado.leg.br/fotos/busca

solicitações de pesquisa no acervo: fotojornal@senado.leg.br

- Mais de 1 milhão de fotos no acervo digital

Rádio Senado

www.senado.leg.br/radio

Transmissões ao vivo do Plenário e das comissões, além de programas jornalísticos, são os destaques da Rádio Senado desde a sua criação em 1997. Tudo isso entremeado de música e programas culturais. A rádio também é responsável pelo boletim do Senado em A Voz do Brasil e, em 2018, com a Rádio Agência, inovou na distribuição de conteúdo para rádios conveniadas em todo o país.

Alcance

- Presença no DF e em mais 9 capitais na faixa FM
- Site: Visualizações: 8,2 milhões desde dezembro de 2010, Usuários: 2,2 milhões desde dezembro de 2010

Rádio Agência

- 2,1 mil emissoras conveniadas
- 18,6 mil downloads de conteúdo em 2018

Transmissões ao vivo em 2018

- 161 sessões do Plenário do Senado
- 21 sessões do Congresso
- 298 reuniões de comissões

Mídias Sociais

Em 2018, o Senado se manteve entre as mais importantes páginas de governo nas redes sociais, com milhares de novos seguidores. Já é a terceira maior página de governo do país no Facebook e a segunda no Instagram, que quase triplicou o número de seguidores no ano passado. No Twitter, rede de caráter mais jornalístico, o crescimento também foi consistente.

Número de seguidores

	Dez. 2017	Dez. 2018
Facebook	3,1 milhões	3,2 milhões
Twitter	453 mil	680 mil
Instagram	225 mil	642 mil

Portal Senado Multimídia

www.senado.leg.br/multimedia

Lançado em maio de 2016, é administrado pela Secretaria de Engenharia de Comunicação, ligada à Secom, e permite visualização, edição e download de vídeos das sessões plenárias e das reuniões das comissões realizadas desde dezembro de 1992. Também disponibiliza as notas taquigráficas das sessões e pode ser acessado pelo portal Senado Notícias.

Vídeos disponibilizados

- 19,8 mil horas de sessões do Plenário
- 24,2 mil horas de reuniões de comissões
- 730 horas de reuniões de conselhos e grupos parlamentares

Visualizações

	2017	2018
	145,6 mil	179,4 mil

Saiba mais

Reportagem sobre fake news:
<http://bit.ly/SenadoContraFakeNews>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania